

Titanium Holdings S.A.

CNPJ 07.131.759/0001-52
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Titanium Holdings S.A. (Companhia) registrou Lucro Líquido de R\$ 18.155 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 594.107 mil e Ativos Totais de R\$ 625.962 mil. A política de dividendos da Companhia assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro

líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social. Em 2021 deliberou aos acionistas o montante de R\$ 6.000 mil a título de Juros sobre o Capital Próprio.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Osasco, 29 de março de 2022.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais					
ATIVO	2021	2020	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	2020
CIRCULANTE	10.346	29.715	CIRCULANTE	4.777	14.075
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 7).....	10.346	12.834	Impostos e Contribuições a Recolher.....	4.775	2.100
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado (Nota 8).....	-	16.881	Juros sobre o Capital Próprio a Pagar (Nota 11e).....	-	11.900
NÃO CIRCULANTE	615.616	591.283	Outras Obrigações.....	2	75
Realizável a Longo Prazo	615.616	591.283	NÃO CIRCULANTE	27.078	24.971
Valores a Receber (Nota 9).....	580.769	555.985	Provisão para Impostos e Contribuições.....	2.035	1.803
Depósitos Judiciais (Nota 10b).....	24.832	23.118	Provisão para Riscos Fiscais (Nota 10b).....	25.043	23.168
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 16e).....	1.503	4.293	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	594.107	581.952
Créditos Tributários (Nota 16c).....	8.512	7.887	Capital Social (Nota 11a).....	336.100	336.100
TOTAL	625.962	620.998	Reservas de Lucros (Nota 11d).....	258.007	245.852
			TOTAL	625.962	620.998

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais			
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2021	2020	
RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	24.380	15.047	
Resultado Financeiro (Nota 14).....	25.594	15.890	
Despesas Tributárias (Nota 12).....	(1.191)	(741)	
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 13).....	(25)	(102)	
Outras Receitas.....	2		
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	24.380	15.047	
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 16)	(6.225)	(332)	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	18.155	14.715	
Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação) (Nota 11b).....	0,18	0,15	
Lucro básico por ação atribuível aos acionistas (Nota 11b).....	0,18	0,15	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais			
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2021	2020	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	24.380	15.047	
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:			
Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outras.....	(24.874)	(15.080)	
Provisão para Riscos Fiscais.....	1.190	739	
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	696	706	
Redução em Ativos Financeiros.....	16.833	543	
(Aumento) em Outros Ativos.....	(1.031)	(847)	
(Redução) em Obrigações.....	(76)	(12)	
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(1.910)	(1.358)	
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	14.512	(968)	
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Juros sobre o Capital Próprio Pagos.....	(17.000)	-	
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(17.000)	-	
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(2.488)	(968)	
Início do Exercício.....	12.834	13.802	
Fim do Exercício.....	10.346	12.834	
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(2.488)	(968)	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS			
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado			

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Titanium Holdings S.A. ("Companhia") é uma empresa que tem como objeto a participação como sócia ou acionista em outras sociedades, aquisição e transferência de participações acionárias.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 29 de março de 2022.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2021. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, valor recuperável de ativos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional, Certificado de Depósito Bancário (CDB) e fundos de investimentos financeiros, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa que está apresentada na Nota 7.

c) Instrumentos Financeiros

(i) Classificação dos ativos financeiros

A Companhia aplica o CPC 48 - Instrumentos Financeiros que contém uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

- Mensurados ao custo amortizado

O ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócios, cujo propósito seja o de receber os seus fluxos de caixa contratuais e os seus termos contratuais derem origem, exclusivamente, a pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

- Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas, imediatamente, no resultado.

São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI (*Solely Payment of Principal and Interest*). Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.

Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e os custos de transação são registrados, diretamente, no resultado do período.

- Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável de ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

(ii) Metodologia de apuração do valor de mercado

O valor de mercado dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação dos preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo, mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.

d) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e se for possível estimá-los com confiabilidade, a perda por *impairment* é reconhecida no resultado do período. Nos exercícios de 2021 e de 2020, não houve perda por *impairment*.

e) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Deliberação CVM nº 594/09, sendo:

• Provisões são reconhecidas quando, como resultado de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, que pode ser estimada de modo confiável, e é provável que uma saída de recursos será requerida para liquidar uma obrigação. Provisões são determinadas pela expectativa de fluxos de caixa futuros descontados a uma taxa prefixada a qual reflete a avaliação atual de mercado do valor monetário no tempo e os riscos específicos ao passivo.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

• Ativos Contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito seja provável, são divulgados nas notas explicativas, quando relevantes;

• Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

• Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, por natureza, está apresentado na Nota 10.

f) Patrimônio líquido

(i) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de ações. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 11b.

(ii) Juros sobre o capital próprio/dividendos

A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia. O cálculo dos juros sobre o capital próprio/dividendos está demonstrado na Nota 11e.

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas, é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente, com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentadas na Nota 16.

h) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre, e simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.

i) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

j) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS RELEVANTES

A apresentação das demonstrações contábeis, em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC, requer que a Administração da Companhia formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão nas estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas.

As estimativas e os pressupostos significativos utilizados pela Administração da Companhia estão assim apresentados:

Classificação e avaliação dos ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. O tratamento contábil dos títulos que possuímos depende da respectiva classificação.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais					
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	336.100	27.660	217.477	-	581.237
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	14.715	14.715
Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	14.715
Destinações: - Reservas.....	-	736	(21)	(715)	-
- Juros sobre o Capital Próprio (Nota 11e).....	-	-	-	(14.000)	(14.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	336.100	28.396	217.456	-	581.952
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	18.155	18.155
Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	18.155
Destinações: - Reservas.....	-	908	11.247	(12.155)	-
- Juros sobre o Capital Próprio (Nota 11e).....	-	-	-	(6.000)	(6.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	336.100	29.304	228.703	-	594.107

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais					
Lucro Líquido do Exercício	Exercícios findos em 31 de dezembro		Lucros Acumulados	Totais	
	2021	2020			
Lucro Líquido do Exercício	18.155	14.715	-	-	14.715
Resultado Abrangente do Exercício	18.155	14.715	-	-	14.715

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Estimamos o valor justo utilizando preços cotados de mercado, quando disponíveis. Observamos que o valor pode ser afetado pelo volume de ações negociadas e pode, também, não refletir os "prêmios de controle" resultantes dos acordos de acionistas. Entretanto, a Administração acredita que os preços cotados de mercado são os melhores indicadores do valor justo. Na determinação do valor justo, quando os preços cotados de mercado não estão disponíveis, há o julgamento da Administração, já que os modelos são dependentes de nosso julgamento com relação a que peso atribuir aos diferentes fatores e à qualidade das informações que recebemos. O julgamento deve determinar, inclusive, se um decréscimo no valor justo abaixo do custo atualizado de um título mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não é temporário, de maneira a exigir que seja possível reconhecer uma desvalorização do custo atualizado e que se possa refletir a redução como despesa. Para avaliar se uma desvalorização não é temporária, a Administração decide qual período histórico deve ser considerado e qual severa uma perda pode ser reconhecida.

Esses métodos de avaliação podem levar a Companhia a resultados diferentes, caso as suposições e estimativas utilizadas não se confirmarem posteriormente.

Provisões e passivos contingentes

As provisões contábeis são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotas não requerem provisão e nem divulgação.

Monitoramos continuamente os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas: (i) a sua natureza e complexidade; (ii) o desenvolvimento dos processos; (iii) a opinião dos nossos consultores jurídicos; e (iv) a nossa experiência com processos similares. Ao determinar se uma perda é provável e ao estimar seu valor, nós também consideramos:

- a probabilidade de perda decorrente de processos que ocorrerem antes ou na data das demonstrações contábeis, mas que foram identificadas por nós após a data destas demonstrações, porém antes de sua divulgação; e
- a necessidade de divulgar os processos ou eventos que ocorrerem após a data das demonstrações contábeis, porém antes de sua divulgação.

5) PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2021:

- A Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 17, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovado pela Resolução CVM nº 18/2021, apresenta alterações nos Pronunciamentos Técnicos: CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 e trata da reforma nas taxas de juros utilizadas como referências de mercado (IBOR) - Fase II. As principais alterações são: (i) permissão de substituir a taxa efetiva de juros de instrumentos financeiros por uma taxa compatível, sem desconhecer a operação, desde que seja consequência da reforma; (ii) reconhecimento em resultado da parcela inefetiva de *hedge accounting*, em razão do fim das isenções previstas na Fase I do projeto. A norma entrou em vigor para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021. Não foram identificados impactos na Companhia.
- O Pronunciamento Técnico CPC para Entidades em Liquidação - CPC LIQUIDAÇÃO, aprovado pela Resolução CVM nº 28 de 16 de abril de 2021, que tem o objetivo de orientar e harmonizar as práticas para as entidades que ingressem em regime de não continuidade normal de atividades, em especial em processo de liquidação e, mais especificamente, as em processo falimentar. A norma entrou em vigor em 1º de junho de 2021, sendo permitida sua adoção antecipada. Não apresenta impactos na Companhia.
- A Revisão de Pronunciamento Técnico nº 18, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovada pela Resolução CVM 41/2021, apresenta alterações no CPC 06 (R2) - Arrendamentos (correlacionado ao IFRS 16) sobre a prorrogação do prazo de aplicação do expediente prático de Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento para pagamentos devidos em, ou antes, de 30 de junho de 2022. A alteração é válida para períodos anuais de relatórios a partir de 1º de abril de 2021. Não apresenta impactos na Companhia.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:

- A Revisão de Pronunciamento Técnico nº 19, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovada pela Resolução CVM 58/21, apresenta alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1) em decorrência de modificações aprovadas pelo IASB no documento do ciclo de melhorias 2018-2020 (*Annual Improvements 2018-2020*) e nas normas IAS 16 (CPC 27), IFRS 3 (CPC 15 R1) e IAS 37 (CPC 25). A resolução entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022, aplicando-se aos exercícios em ou após esta data. Não foram identificados impactos na Companhia.
- CPC 50 - Contratos de Seguros (cor

Titanium Holdings S.A.

CNPJ 07.131.759/0001-52
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado

e) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, está demonstrado a seguir:

	RS mil	% (1)
Lucro líquido do exercício.....	18.155	
Reserva legal.....	(908)	
Base de cálculo ajustada.....	17.247	
Juros sobre o capital próprio (bruto) (2)	6.000	
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio - 15%.....	(900)	
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2021	5.100	29,6
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2020	11.900	85,1

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo; e

(2) JCP deliberado em 13 de dezembro de 2021, sendo pago em 30 de dezembro de 2021.

12) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2021	2020
Cofins	1.024	636
PIS.....	166	103
Outras.....	1	2
Total	1.191	741

13) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2021	2020
Editais e publicações.....	5	84
Outras.....	20	18
Total	25	102

14) RESULTADO FINANCEIRO

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2021	2020
Varição monetária de contrato de mútuo a receber	24.783	14.974
Receitas sobre aplicações financeiras	720	809
Outras.....	91	107
Total	25.594	15.890

15) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Controlador (1)		Outras partes relacionadas (2)		Em 31 de dezembro	
	2021	2020	2021	2020	Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Ativos						
Caixa/disponibilidades.....	-	-	10.346	5	10.346	5
Aplicações financeiras.....	-	-	-	16.881	-	16.881
Valores a receber	-	-	580.769	555.985	580.769	555.985
Passivos						
Juros sobre o capital próprio a pagar.....	-	11.900	-	-	-	11.900

	Controlador (1)		Outras partes relacionadas (2)		Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2021	2020	2021	2020	Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Receitas com juros	-	-	24.783	14.974	24.783	14.974
Receitas/(Despesas) de juros sobre o capital próprio	(6.000)	(14.000)	-	-	(6.000)	(14.000)
Receitas/(Despesas) de aplicação.....	-	-	698	482	698	482

(1) Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações ("Cidade de Deus") e Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Nova Cidade de Deus"); e

(2) BBD Participações S.A. ("BBD") e Bradesco.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os Administradores não recebem qualquer remuneração pelos cargos que ocupam nos órgãos da Companhia.

16) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2021	2020
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social).....	24.380	15.047
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(8.289)	(5.116)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Juros sobre o capital próprio pagos	2.040	4.760
Outros valores	24	24
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(6.225)	(332)

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2021	2020
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(6.618)	(555)
Impostos diferidos		
Constituição/realização no exercício sobre adições e exclusões temporárias.....	405	395
Utilização de saldos iniciais de:		
Base negativa de contribuição social	(3)	(45)
Prejuízo fiscal	(9)	(127)
Total dos impostos diferidos.....	393	223
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(6.225)	(332)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro			
	2020	Constituição	Realização	2021
Provisões fiscais.....	7.875	637	-	8.512
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias.....	7.875	637	-	8.512
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	12	-	(12)	-
Total dos créditos tributários	7.887	637	(12)	8.512
Obrigações fiscais diferidas.....	1.803	232	-	2.035
Total dos créditos tributários, líquido das obrigações fiscais diferidas.....	6.084	405	(12)	6.477

d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Diferenças temporárias		Total
	Imposto renda	Contribuição social	
2025.....	6.259	2.253	8.512
Total	6.259	2.253	8.512

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta R\$ 7.708 (2020 - R\$ 7.424).

e) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no ativo não circulante, no montante de R\$ 1.503 (2020 - R\$ 4.293), referem-se a imposto de renda e contribuição social.

17) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020;

b) A Administração da companhia informa que até a data da aprovação das demonstrações contábeis, não houve impactos a mensurar, ou antecipar os eventuais impactos econômicos-financeiros futuros relacionados à pandemia do COVID-19, que requeira ajuste sobre as demonstrações contábeis, uma vez que a Companhia é uma *Holding*. A Companhia seguirá observando atentamente os desdobramentos futuros dessa situação; e

c) Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021.

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA

Diretor Geral	Diretor Vice-Presidente	Diretor Gerente	Diretor
Marcelo de Araújo Noronha	André Rodrigues Cano Cassiano Ricardo Scarpelli Eurico Ramos Fabri Rogério Pedro Câmara	Moacir Machbar Junior	Oswaldo Tadeu Fernandes

Marcelo da Silva Rego
Contador - CRC-1SP301478/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores do

Titanium Holdings S.A

Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Titanium Holdings S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Titanium Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não

uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Companhia.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2022



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Carlos Massao Takauti
Contador CRC 1SP-206103/O-4

